

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.228 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 2001

Proposta que limita MPs entra na pauta da convocação extraordinária

Senador Antonio Carlos Magalhães e deputado Michel Temer acertaram ontem a inclusão, na pauta da Câmara para os próximos dias, do projeto que disciplina a edição de medidas provisórias, já aprovado no Senado



Todas as medidas provisórias pendentes de votação deverão ser levadas à apreciação do Congresso

A emenda constitucional que disciplina a edição de medidas provisórias, já aprovada no Senado, deverá ser apreciada pela Câmara dos Deputados durante o atual período de convocação extraordinária do Congresso. O presidente da Câmara, deputado Michel Temer, tomou a decisão ontem após conversar com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Na instalação da sessão extraordinária, Antonio Carlos afirmou: "Se não podemos extinguir as medidas provisórias, o que seria o ideal, vamos limitar o seu uso".

PÁGINAS 2 E 3

Senado examina projetos para combater a violência

Cinco projetos de lei que tramitam no Senado serão incluídos na pauta durante a convocação extraordinária, por decisão do presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães. A maioria deles busca coibir a violência, como é o caso da restrição à venda de armas e da proposta de alteração do Código Penal para definir os crimes de especial gravidade.

PÁGINA 2

Arruda: Congresso vai cumprir sua obrigação

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, disse ontem que "o Congresso tem de cumprir sua obrigação e votar as medidas provisórias". E acrescentou, referindo-se às 75 MPs que estão na pauta: "Vamos votar o máximo. Se possível, todas elas".



Arruda defende votação das MPs mesmo sem acordo de líderes

PÁGINA 3

Reforma tributária é urgente, afirma José Alencar

PÁGINA 8



Para Alencar, reforma deve simplificar o sistema fiscal e acabar com impostos em cascata

ELEIÇÃO DA MESA: PMDB E OPOSIÇÃO ESCOLHEM CANDIDATOS

Os senadores do PMDB reúnem-se hoje, às 11h, para escolher o nome do candidato à presidência do Senado apoiado pelo partido. Também hoje, à tarde, na liderança do PT, conforme previsão da senadora Heloísa Helena, os partidos de oposição devem escolher seu candidato.

PÁGINAS 6 E 7

CPI enviará a corregedor da Câmara informações sobre Eurico Miranda

PÁGINA 8



ACM defende restrição ao uso de medidas provisórias

Lembrando a proposta de emenda constitucional aprovada sobre o assunto pelo Senado, atualmente em tramitação na Câmara, Antonio Carlos Magalhães afirma que as frequentes reedições de MPs “ferem a autonomia do Legislativo”

“Se não podemos extinguir as medidas provisórias, o que seria o ideal, vamos limitar o seu uso”, disse ontem o senador Antonio Carlos Magalhães, na sessão de abertura dos trabalhos do período de convocação extraordinária. Ele pediu ainda aos parlamentares que aproveitem a oportunidade para votar medidas que vêm sendo constantemente reeditadas pelo Poder Executivo.

PEC está pronta para ser votada na Câmara

Está pronta para votação na Câmara a proposta de emenda constitucional, já aprovada pelo Senado Federal, que torna sem eficácia as medidas provisórias não convertidas em lei no prazo de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período, a partir de sua publicação. A contagem do prazo, de acordo com o texto, será suspensa durante os períodos de recesso do Congresso.

De acordo com a Constituição federal, o presidente da República é obrigado a convocar extraordinariamente o Congresso — quando este estiver em recesso — cinco dias após a publicação de uma MP. Como as medidas provisórias têm validade de 30 dias e o recesso parlamentar dura cerca de dois meses, o governo tem sido levado a convocar extraordinariamente os deputados e senadores em janeiro.

ALTERAÇÕES

A primeira versão da emenda constitucional, apresentada pelo então senador Esperidião Amin (PPB-SC), foi aprovada pelo Senado e enviada à Câmara em 1997. Um substitutivo foi então acolhido pela Câmara e mandado ao Senado. De volta à Casa de origem, a proposta sofreu novas alterações. Um substitutivo elaborado pelo se-

O presidente do Senado lembrou que dependerá mais dos deputados a decisão a respeito da limitação das medidas provisórias, uma vez que se encontra na Câmara a emenda constitucional — já aprovada pelos senadores — que regulamenta a questão. Ele assegurou que o presidente da Câmara contará com seu “completo

apoio” para incluir a matéria entre as que serão apreciadas durante a convocação.

A emenda constitucional que trata do tema, já acolhida por comissão especial da Câmara, está pronta para ser votada pelos deputados. Caso seja aprovada, terá de ser mais uma vez submetida ao Senado, por causa de alterações

feitas no texto.

Antonio Carlos criticou as constantes reedições de medidas provisórias pelo governo e afirmou que a iniciativa “fere a autonomia do Legislativo”. De acordo com a Constituição, o Executivo é obrigado a convocar extraordinariamente o Congresso, quando este se encontrar em recesso, logo após a edição de medida provisória. Para o presidente do Senado,

porém, é o Congresso que acaba sendo exposto à opinião pública por causa do pagamento extra feito aos parlamentares em função da decisão do governo.

— Passamos todos nós pela responsabilidade perante a imprensa pelo pagamento de ajuda de custo durante a convocação. Mas não temos nada com esse assunto, pois não somos os executores das medidas provisórias — afirmou.



Antonio Carlos Magalhães disse que o Congresso votará o maior número possível de medidas provisórias durante a convocação extraordinária

nador José Fogaça (PMDB-RS) foi então aprovado pelo Plenário e submetido à Câmara. Este é o texto que tramita na Câmara dos Deputados desde dezembro de 1999.

Em abril do ano passado, foi aprovado em comissão especial substitutivo elaborado pelo deputado Roberto Brant (PFL-MG), que acolheu oito emendas ao texto enviado pelo Senado.

A matéria está pronta para votação na Câmara e, caso seja aprovada em dois turnos pelos deputados, será mais uma vez apreciada pelos senadores.

Conforme o texto aprovado pela comissão especial, o Executivo não poderá editar medidas provisórias a respeito de temas como diretrizes orçamentárias, Direito Penal e nacionalidade. Também não serão permitidas medidas que se destinem à “detenção ou seqüestro de bens, de poupança popular ou de qualquer outro ativo financeiro”.

Senador anuncia esforço durante a convocação

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem que “a expectativa da convocação é boa” e que durante esse período será feito um esforço para se tentar votar “o maior número possível de MPs, que vêm sendo reeditadas há anos”. Além das reuniões do Congresso, tanto a Câmara quanto o Senado deverão realizar suas próprias sessões.

Sobre o livro *Jader Barbalho — o Brasil não merece*, que acaba de lançar, condensando as denúncias que fez contra o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), candidato à sua sucessão, Antonio Carlos destacou que a obra “é um alerta à consciência da nação e dos senadores para que escolham bem o futuro presidente da Casa”.

Senado examinará vários projetos que pretendem coibir a violência

Cinco projetos de lei que tramitam na Casa foram incluídos na pauta da convocação extraordinária, por decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. A maioria deles busca coibir a violência, como é o caso dos projetos de lei que pretendem proibir a venda de armas no Brasil.

O Senado irá deliberar até o dia 14 de fevereiro sobre quatro propostas de autoria do Executivo, como o projeto de lei que altera o Código Penal, definindo os crimes de especial gravidade. Pela proposta, que tramita na Casa desde 1996, o homicídio por encomenda ou antecedido por tortura, o roubo com lesão corporal grave, o seqüestro seguido de extorsão, além do estupro, a tortura, o genocídio, o terrorismo, o tráfico de armas e o contrabando de armas ficam sujeitos a penas mais duras. Esses crimes, de acordo com o projeto que está pronto para inclusão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também não prescreverão mais.

Outro projeto do governo federal a ser apreciado pelos senadores é o que trata dos crimes contra a administração pública. A proposta também modifica o Código Penal, tornando mais severas as punições a servidores públicos que quebram o sigilo de informações ineren-

tes a suas funções. O projeto que torna o servidor público que infringir a Lei Orgânica da Seguridade Social sujeito às penalidades previstas na lei também foi incluído na pauta da convocação. As duas matérias estão na CCJ.

A proposta que busca facilitar a entrada de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho, aprovada pela Câmara ano passado, também deve ser discutida e votada, durante a convocação, na CCJ, com base em relatório do senador Iris Rezende (PMDB-GO).

Por fim, o Senado deve retomar a discussão dos projetos que proíbem a comercialização de armas de fogo. A matéria encontra-se na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde o relator é Pedro Piva (PSDB-SP). Na CCJ, os projetos receberam parecer favorável de Renan Calheiros (PMDB-AL), que apresentou substitutivo.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 30 DE JANEIRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa do Senado

ESPECIAL

17h — Reunião da bancada do PMDB para escolha do nome do candidato que vai disputar a presidência do Senado. Liderança do PMDB — Edifício Principal — 1º andar — Gabinete nº 4

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

O Congresso vai cumprir sua obrigação, afirma Arruda

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou ontem que “o Congresso tem de cumprir sua obrigação e votar as medidas provisórias” que vêm sendo reeditadas todo mês pelo presidente da República.

– Não vejo bicho-de-sete-cabeças na emenda constitucional que muda as regras para as medidas provisórias. Pode continuar do mesmo jeito, porque elas só serão votadas se o Congresso quiser – sustentou.

A proposta de mudança constitucional sobre a edição de MPs, já votada pelo Senado e em tramitação na Câmara, está sendo incluída na pauta de votações da convocação extraordinária do Congresso por sugestão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Arruda defende a idéia de que, com ou sem acordo partidário, as medidas provisórias sejam colocadas em votação no Plenário do Congresso. “Veja o caso da medida provisória do real, que já foi reeditada mais de 80 vezes. Ela deve ser colocada na pauta e quero ver se algum partido de oposição tem coragem de votar contra”, acrescentou.

No entanto, o senador não indica medidas provisórias que deveriam ser votadas com priorida-



José Roberto Arruda: “Vamos votar o máximo. Se possível, todas as medidas provisórias”

de nesta convocação extraordinária do Congresso. “Vamos votar o máximo. Se possível, todas elas”, afirmou. A responsabilidade de negociar com os partidos e com o Palácio do Planalto a lista das MPs que devem entrar em votação com prioridade é do líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A assessoria da liderança do governo no Congresso esperava no início da noite de ontem as prioridades do Executivo, para o início das negociações. Ao todo, são 75 MPs, todas reeditadas pelo presidente da República de sexta-feira até ontem.

Juvêncio da Fonseca defende regulamentação das MPs

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) defendeu ontem a inclusão, na pauta de votações da convocação extraordinária, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita o poder do Executivo de editar medidas provisórias (MPs). Segundo o parlamentar, hoje existe uma conscientização do Congresso sobre a necessidade de se votar essa proposta.

– Nós gostaríamos muito que esse projeto chegasse ao Plená-

rio, para votarmos essa limitação, porque, como está, o atual procedimento de apreciação de medidas provisórias não é aquilo que a nação realmente precisa como instrumento, não só do Executivo, mas também do Legislativo.

Na avaliação de Juvêncio da Fonseca, o prazo exíguo de apenas 30 dias para análise e votação das MPs editadas pelo governo faz com que o trabalho do Legislativo fique “praticamente impossível”.



Para Juvêncio da Fonseca, com o sistema atual é difícil apreciar as medidas provisórias

Todas as MPs incluídas na pauta deverão ser analisadas pelo Congresso, mesmo sem acordo prévio



Proposta que limita medidas provisórias deve ser votada logo

Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer decidiram incluir na pauta da convocação projeto já aprovado pelo Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deu início oficialmente ontem ao período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, que vai até o dia 14 de fevereiro. Ele presidiu a sessão de abertura, ao lado do presidente da Câmara, deputado Michel Temer.

Os presidentes das duas Casas decidiram incluir na pauta da convocação extraordinária, originalmente destinada à apreciação de medidas provisórias, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita e disciplina a edição de MPs. A PEC, já aprovada pelos senadores, está em tramitação na Câmara e pode ser incluída na pauta amanhã.

Temer informou que o substitutivo do deputado Roberto Brant (PFL-MG) servirá de base para a votação da PEC. O texto não admite a reedição das MPs, mas a prorrogação de sua vigência por um prazo máximo de 60 dias (*veja matéria na página 2*).

As MPs incluídas na pauta da convocação extraordinária pelo presidente da República, segundo o presidente do Senado, serão todas apreciadas em sessões do Congresso, independentemente de haver ou não acordo para votação. Antonio Carlos também informou que dará preferência à votação das MPs mais antigas, reeditadas mais vezes.

Outra matéria que será analisada

pela Câmara é o projeto de lei que institui o novo Código Civil. O Senado está elaborando uma pauta especial, em que constarão projetos de lei de senadores e do Executivo que tramitam na Casa.

Hoje, o Senado realiza sessão não-deliberativa, destinada apenas à leitura de expediente e discursos. As sessões terão registro de presença, que serve como base para o pagamento dos senadores.

– Só vai receber quem vier às sessões – afirmou Antonio Carlos. Ele explicou que serão feitos dois pagamentos aos senadores no período em que durar a convocação extraordinária, de acordo com a presença em plenário.

Maioria das matérias na pauta trata de economia e do funcionamento do Executivo

O *Diário Oficial* da União publicou no sábado e ontem mais 44 reedições de medidas provisórias, as quais deverão ser examinadas pelo Congresso durante o período de convocação extraordinária. Ao todo, os deputados e senadores deverão apreciar 75 MPs, algumas antigas, com mais de 80 reedições, como é o caso da que complementa o real, proibindo qualquer correção monetária em contratos com duração inferior a um ano.

Desde que foi criado o instituto da medida provisória, pela Constituição de 88, os presidentes da República editaram 583 MPs, 429 das quais já votadas pelos deputados e senadores, que também rejeitaram outras 21. O próprio presidente re-

vogou 28 e tornou sem eficácia outras 29. Como nem sempre o Congresso vota uma MP nos 30 dias subsequentes a sua edição, o presidente da República faz sua republicação, muitas vezes acrescentando novas normas no documento. Assim, as 583 medidas já foram reeditadas 5.120 vezes, ou seja, em média cada uma já foi reeditada 8,8 vezes.

Das 75 MPs constantes da pauta da convocação extraordinária, mais da metade trata de assuntos econômicos ou do funcionamento do Executivo. Entre elas encontram-se duas medidas editadas pelo então presidente Itamar Franco, uma estabelecendo normas para uso de títulos públicos no programa federal de privatização. As outras 73 MPs

foram assinadas pelo presidente Fernando Henrique – 40 no primeiro mandato e 33 mais recentes.

Também fazem parte da lista medidas que facultam ao empregado doméstico o acesso ao FGTS e ao seguro-desemprego e que autorizam parentes a proibir a retirada de órgãos de pessoas que em vida não fizeram declaração em contrário. Outras mexem na cobrança do Imposto de Renda, alteram a estrutura burocrática do Executivo e concedem aumentos salariais aos militares (em média 28% até o próximo ano). Os parlamentares examinarão ainda uma MP já reeditada 35 vezes, que fixa normas para renegociação das dívidas de universitários com o crédito educativo.

CCJ deve apreciar projeto que pune infração de candidatos

Moreira Mendes sugere cassação de registro ou perda do mandato de quem violar as normas de arrecadação e gastos durante a campanha

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, em uma das primeiras reuniões deste ano, projeto que determina a cassação do registro do candidato ou a perda de mandato do político eleito que tenha infringido as normas de arrecadação e gastos durante a campanha eleitoral e da respectiva prestação de contas. O projeto é de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO).

Na justificativa de sua proposta, Moreira Mendes afirma que não há na lei previsão expressa sobre a possibilidade de aplicação de penalidades e que não se tem notícia de punições de candidatos, eleitos ou não, por irregularidades constatadas em campanhas eleitorais.

Inicialmente, o projeto deveria ser examinado pela CCJ em caráter terminativo, mas o relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), acredita que a matéria é tema de projeto de lei complementar que precisa ser apreciado também pelo Plenário. Dessa forma, o re-



Moreira Mendes: não se tem notícia de candidato punido por irregularidades nas campanhas eleitorais

lator sugere que a proposta de Moreira Mendes, em vez de alterar a Lei Eleitoral, modifique a Lei das Inelegibilidades, que é complementar.

— É preciso explicitar a pretensão específica do autor do projeto quanto às infrações às normas de aplicação de recursos financeiros destinados à campanha eleitoral, devendo os infratores diretamente beneficiados com a conduta ilegal sofrer as sanções —

acrescenta o relator.

Pela proposta, se a irregularidade for constatada antes da eleição, o candidato transgressor deverá ser punido com a cassação do registro e ter declarada a sua inelegibilidade nos três anos subsequentes à eleição. Caso a representação, que pode ser oferecida pelo Ministério Público ou qualquer partido político, seja julgada após a eleição, o eleito terá seu mandato impugnado.

Para Suplicy, presidente da República é quem deve entregar mensagem

Deve ser votada a proposta de emenda constitucional do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que obriga o presidente da República a entregar pessoalmente ao Congresso a mensagem e o plano de governo por ocasião da abertura da sessão legislativa. Alegando que isso é importante para enfatizar a responsabilidade do governo com suas metas, Suplicy acha que o Legislativo não tem motivos para votar contra a proposta.

Desde que o Brasil se tornou república, um ministro é incumbido de levar a mensagem e o plano de governo ao Legislativo. Lembrando que, hoje, é o chefe da Casa Civil quem faz essa entrega, Suplicy observa que, ao chegar, esse texto é lido em sessão do Congresso pelo primeiro-secretário da Câmara dos Deputados, mas



Suplicy: presidente deve apresentar plano de governo na abertura da sessão legislativa

nenhum parlamentar é autorizado a falar.

Em sua opinião, isso impede maior interação entre os congressistas e o presidente da República a respeito de um texto que expõe a situação do país e as metas governamentais para resolver os

problemas nacionais. No entender de Suplicy, seria mais natural que o próprio governante, a exemplo do que ocorre em vários países, comparecesse ao Congresso e expressasse de viva voz sua mensagem e seu plano.

Dessa forma, afirma o senador, o presidente faria um balanço de sua administração, expondo perante aqueles que têm a responsabilidade de fiscalizar o Executivo, os avanços, dificuldades e meios de alcançar seus objetivos. Na mesma proposta, Suplicy prevê que seja dada oportunidade aos líderes partidários para exporem sua avaliação sobre a mensagem presidencial, facultando-se ao presidente da República o direito de resposta. A PEC aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será relatada pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Valadares propõe limites à divulgação de pesquisa eleitoral

O projeto que proíbe a divulgação de pesquisas eleitorais até oito dias antes do pleito, no primeiro turno, e até três dias, no segundo turno, encontra-se na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta é de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O objetivo, de acordo com a justificativa do projeto, é evitar as insistentes denúncias de fraudes na divulgação de pesquisas eleitorais e preservar o respeito à ética e à livre formação da vontade do cidadão no processo eleitoral. O senador mencionou a possibilidade de instauração de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os institutos de pesquisa.

Valadares reconhece que seu projeto pode enfrentar muitas críticas, em particular dos que evocam a “plena liberdade de informação jornalística” e a “livre manifestação de pensamento”, direitos consagrados pela Constituição federal. O senador, no entanto, lembra que há valores ainda mais altos, como a liberdade de consciência e de crença, garantida pelo art. 5º da Constituição. Também o di-



Valadares pretende evitar as frequentes denúncias de fraudes na divulgação de pesquisa eleitoral

reito à informação e a obrigação de que a mídia obedeça a princípios éticos e sociais de respeito à pessoa e à família dão base jurídica ao projeto de Antonio Carlos Valadares. “A liberdade dos meios de comunicação não pode ser irrestrita”, afirmou.

Outro argumento do senador a favor de limites à divulgação de pesquisas eleitorais é o de que o voto popular está entre as cláusulas pétreas da Constituição, cabendo ao Estado coibir as pressões advindas do poder econômico, político ou mesmo do exercício arbitrário da liberdade de comunicação.

Proposta de Rocha impede ação de advogado parente de juiz

Aguarda decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que impede, na ação processual, o trabalho do advogado que seja parente do juiz. A iniciativa altera o Estatuto da Advocacia e, conforme o parlamentar,



Rocha afirma que hoje não há qualquer restrição à atuação de advogados parentes de juizes

baseia-se na necessidade de impor limites à atuação do advogado nos tribunais em que seus parentes ocupem cargos da magistratura.

Sebastião Rocha lembra que já é ponto pacífico o impedimento dos magistrados nos processos em que uma das partes é ou se faz representar por seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, ou ainda quando são seus amigos ou inimigos.

Mas argumentou que, no tocando

aos advogados, não há qualquer restrição, o que gera situações bizarras em que um juiz, legitimamente indicado para determinado julgamento, vê-se obrigado a retirar-se porque seu parente ingressou na causa como advogado de uma das partes.

O senador definiu seu projeto como uma demarcação da cronologia processual para impedir o ingresso nos autos do parente que nele chega por último. Conforme explicou, se o advogado já atuava no processo, deve nele permanecer, e o juiz, caso seja parente, deve ser impedido de decidir. Se, ao contrário, o juiz é que já se encontrava vinculado à ação, é o advogado que não poderá atuar nos autos. Na CCJ, o projeto será votado em decisão terminativa.



Eduardo Siqueira Campos aguarda consenso para a eleição da Mesa do Senado

Eduardo espera que pauta não seja somente política

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse esperar que a pauta da convocação extraordinária (que será votada até o dia 14) não seja eminentemente política. “Espero que o Congresso possa analisar as medidas provisórias e questões apresentadas pelo Executivo”, disse. Para Eduardo Siqueira Campos, é preciso pensar no que é importante para a instituição. Quanto à eleição para a Mesa do Senado, Eduardo Siqueira Campos espera que se chegue a um consenso. “Obrigatoriamente temos que ser capazes disso”, afirmou. O sena-

dor previu que só haverá uma definição da situação no dia 13, véspera da eleição.

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) disse esperar que o Congresso Nacional aprove o maior número de MPs durante a convocação extraordinária. “Muitas estão há tempo esperando uma solução”, lembrou. Para Juvêncio, independentemente de quem ganhe a eleição no Senado e na Câmara, o mês de fevereiro será marcado por muita movimentação legislativa. Quanto à eleição, o senador acredita que muitos fatos novos podem surgir até o dia 14.

Trabalho será produtivo, prevê Jefferson Péres

Pela expectativa do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, que se iniciou ontem, pode ser bastante produtivo. Até o dia 14 de fevereiro, deputados e senadores estarão reunidos para apreciar 75 medidas provisórias (MPs) editadas pela Presidência da República. Apesar de a maioria delas tratar de questões econômicas e da administração pública, Jefferson acredita que se pode chegar a um consenso para votação das MPs que não envolvam temas polêmicos.

Quanto às demais, o senador pedetista diz que sua apreciação vai depender de um acordo entre as lideranças partidárias. A produtividade esperada nesta sessão extraordinária deve-se estender, na opinião de Jefferson Péres, para o ano legislativo de 2001. “É preciso um esforço concentrado para votar o que for possível neste ano”, declarou, prevenindo uma possível retração nos trabalhos legislativos, em 2002, por conta do processo eleitoral.

Ao tecer comentários sobre a convocação extraordinária, Jefferson aproveitou para criticar o “abuso” na edição de medidas provisórias pelo governo. Como a convocação do Congresso durante o recesso também inclui a apreciação das MPs, que precisam ser analisadas por deputados e senadores cinco dias após sua edição ou reedição, as sessões extraordinárias poderiam ser dispensadas com o fim desse dispositivo.

“Não sei se isso vai acontecer, mas como o Congresso está sendo convocado por conta das MPs, seria uma boa oportunidade para discutir essa questão”, afirmou. Segundo lembrou o parlamentar, existe uma proposta de emenda constitucional, já votada pelo Senado e que aguarda deliberação pela Câmara, que limita a edição de medidas provisórias. Pela PEC, as MPs perderão eficácia se não virarem lei dentro de 60 dias após sua edição, prazo prorrogável uma única vez. Além disso, a contagem desse tempo será suspensa durante o recesso do Congresso Nacional.

Nabor considera curto o período de convocação

Senador cobra empenho das lideranças partidárias para que Congresso aprecie o maior número possível de medidas provisórias

Apesar de reconhecer que o período de 17 dias de convocação é curto para o Congresso Nacional examinar 75 medidas provisórias, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) acredita que o Legislativo irá trabalhar no sentido de limpar a pauta, até mesmo para justificar a convocação extraordinária perante a opinião pública.

Nabor Júnior prevê que das 75 medidas provisórias, duas irão merecer maiores debates por serem consideradas polêmicas: a que concede aumento salarial para os militares e a que limita os poderes dos procuradores da República. As demais, em sua gran-



Nabor espera que o Congresso trabalhe no sentido de limpar a pauta da convocação extraordinária

de maioria, conforme lembrou, tratam de reedições de MPs.

O senador acha que para o Con-

gresso Nacional ter um trabalho positivo nesta curta convocação deve concentrar os esforços nas comissões mistas que vão apreciar as medidas provisórias. Por isso pediu urgência na emissão de pareceres para que as MPs possam entrar na pauta de votação o mais rápido possível.

— É necessário o empenho de todos para que o Legislativo aprecie grande parte das medidas provisórias, a começar pela Mesa do Congresso Nacional, lideranças partidárias e dos próprios parlamentares, que devem comparecer às sessões para votar — recomendou Nabor Júnior.



Gilberto Mestrinho afirma que o Congresso só não votará as MPs mais polêmicas

Mestrinho acredita que a maioria das MPs será apreciada

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) acredita que o Congresso Nacional votará a maioria das 75 medidas provisórias que estão na pauta da convocação extraordinária, que vai até o dia 14 de fevereiro. Para o senador, como apenas MPs estão na pauta da convocação, só não serão votadas as mais polêmicas.

Quanto à eleição para a Mesa do Senado, prevista para o próximo dia 14, Gilberto Mestrinho acredita que o PMDB oficializará hoje a candidatura do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) à presidência. Na opinião dele, o senador José Sarney (PMDB-AP) não apresentará candidatura. “A partir de amanhã (hoje) a tranquilidade retornará ao Senado”, disse.

Osmar pede votação de projetos importantes

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que será desgastante para o Congresso se, durante a convocação extraordinária, os parlamentares se limitarem a votar as medidas provisórias reeditadas pelo governo. Para ele, se houver disposição, haverá tempo para votar projetos de lei importantes para o país, como o de sua autoria que disciplina o Fundo de Participação dos Municípios, já aprovado no Senado e encaminhado à Câmara.

Osmar Dias também considerou oportuna a votação da proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. “Até porque foi o excesso de MPs que nos obrigou a vir até aqui. Sem elas, não haveria motivos para uma convocação extraordinária”, argumentou.

MESA

Sobre a eleição do novo presidente do Senado, Osmar Dias afirmou que o primeiro passo para um entendimento entre os senadores passa pela indicação do nome oficial do candidato do PMDB, o maior partido na Casa que, por tradição, tem a prerrogativa de indicar o chamado “candidato preferencial”.

Para ele, como não existe consenso nem mesmo dentro do PMDB, não é possível exigir que os demais partidos se definam por esse ou aquele nome.



Osmar defende a votação da proposta de emenda constitucional que limita edição de MPs

O senador não criticou a decisão do líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), de garantir os votos do partido para o candidato oficial apresentado pelo PMDB, mas disse que quer preservar seu direito de votar segundo sua consciência. “Em princípio, quero observar o voto partidário, mas não posso me comprometer a aprovar no escuro”, disse.

Osmar Dias lembrou que a reunião da bancada do PMDB para definição oficial do candidato à presidência do Senado está marcada para hoje, às 11h, mas disse ter conhecimento de que alguns senadores, entre eles Roberto Requião (PMDB-PR), apresentaram requerimento pedindo adiamento da votação.

Oposição deve ter nome próprio, prevê Heloísa

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ontem que os partidos de oposição (PT, PDT, PPS e PSB) unirão suas forças em torno de uma candidatura própria à presidência do Senado, lançando o nome do senador Jefferson Péres (PDT-AM). A formalização da escolha deverá se dar em reunião dos senadores desses partidos, a realizar-se na tarde de hoje, na liderança do PT.

— A maioria dos senadores da oposição é favorável a um candidato próprio, para que não fiquemos a reboque de uma disputa desqualificada — e que não criamos — entre os partidos que apóiam o governo — disse Heloísa Helena.

Ela considerou “válida” a posição do senador Roberto Freire (PPS-PE), contrária ao lançamento de um nome da oposição, mas disse ter certeza que essas discordâncias serão resolvidas no encontro de hoje.



Heloísa: oposição não quer ficar a reboque de disputa desqualificada

Conforme a senadora, a oposição poderia obter mais cargos na Comissão Diretora, caso decidisse entrar em acordo com outros partidos, mas é preferível manter a independência e propiciar o debate de idéias, mesmo que isso signifique ficar sem o único cargo a que o PT tem direito, de acordo com a proporcionalidade prevista no regimento. Atualmente, o lugar que caberia ao PT — a segunda-vice-presidência — está sendo ocupado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), por força de acordo firmado pelo bloco oposicionista.

Da reunião de hoje — que poderá continuar amanhã — resultará, além da definição de um candidato, a elaboração de uma plataforma mínima. A senadora criticou especialmente o caráter “despolitizado” do embate entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente do PMDB, Jader Barbalho.

Jefferson Péres admite concorrer e espera “votação expressiva”

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) admitiu ontem que pode ser o candidato das oposições na disputa pela presidência do Senado Federal. Ele espera “uma votação expressiva”, se for confirmada sua candidatura. Jefferson reconheceu, porém, que suas chances de vitória são reduzidas, já que enfrentará candidatos da base governista. Para ele, sua candidatura não favorece a do senador Jader Barbalho.



Para Jefferson Péres, a oposição não pode se omitir

de, não está atrelada aos demais partidos. A sociedade não compreenderia a nossa omissão — afirmou. Jefferson disse ainda que uma candidatura da oposição demonstra a insatisfação do bloco com o quadro atual.

Apesar de seu nome ainda não ter sido lançado, o senador afirmou que aceitará a candidatura, se este for o entendimento majoritário dos integrantes da bancada do Bloco Oposição, que fará reunião hoje, após a Ordem do Dia.

Roberto Requião defende consenso que garanta reformas regimentais

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu ontem a desistência do senador Jader Barbalho de sua candidatura à presidência do Senado. Para Requião, na forma como está ocorrendo, a disputa pelo cargo mais importante da Casa está levando o PMDB a constrangimentos. Ele entende que o partido, que tem direito à indicação do presidente por ser majoritário na Casa, deve encontrar um candidato de consenso que garanta a liberdade de atuação das minorias no Senado e faça reformas regimentais, como promover o fim do voto de liderança.

— Precisamos de um programa para o Senado, de um presidente que pacifique o processo eleitoral. A possível eleição de Jader arranha a imagem do Congres-

so e do partido — disse.

Para Requião, o argumento usado para convencer os senadores do PMDB de que devem votar em Jader Barbalho porque o senador teria sido vetado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), resulta não em um voto no candidato Jader por uma proposta para a direção do Senado, e sim em um voto contra Antonio Carlos Magalhães. Roberto Requião disse não querer condenar Jader Barbalho nem absolvê-lo, uma vez que “existem acusações públicas e sérias contra ele”, mas



Roberto Requião diz que Jader deveria desistir da candidatura

acredita que Jader, numa posição ética, deveria se afastar da disputa, deixando livre o PMDB para se reunir com outros partidos e escolher um representante de consenso. Requião criticou a posição do Partido dos Trabalhadores, que pretende lançar um candidato próprio para o cargo. Na sua avaliação, afirmando não compactuar com a eleição de Jader e não votando em um candidato de Antonio Carlos Magalhães, o PT estará ajudando a eleger Jader.

— Do ponto de vista da opinião públi-

PMDB escolhe hoje candidato à presidência do Senado

Os senadores do PMDB se reúnem às 11h de hoje para escolher o nome do candidato do partido à presidência do Senado. Conforme o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o escolhido deverá ser o presidente da agremiação, senador Jader Barbalho (PA). Em seguida à reunião, a Executiva do PMDB ratificará a decisão da bancada e formalizará o acordo destinado a garantir apoio ao candidato do PSDB, Aécio Neves (MG), à Presidência da Câmara.

— Não esperamos nenhuma surpresa e sim união em torno do nome do nosso presidente, até por uma questão partidária, já que ele vem sendo muito atacado — disse Suassuna.

Para Suassuna, o único membro do partido capaz de apresentar alguma contestação no encontro de hoje é o senador Roberto Requião (PR). Já o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) descartou a hipótese de o senador José



Jader Barbalho pode ser confirmado candidato do PMDB à presidência do Senado

Sarney (AP) lançar-se candidato, visto que o próprio Sarney condicionou sua candidatura à existência de consenso em torno de seu nome.

Jader aponta manobra para desviar atenção da opinião pública

O gabinete do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) divulgou nota em que acusa indiretamente o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de procurar desviar a atenção da opinião pública com o lançamento de um livro em que detalia acusações de corrupção contra o parlamentar paraense.

No livro *Jader Barbalho — o Brasil não merece*, de 263 páginas, Antonio Carlos cita denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas pelo líder do PMDB em suas passagens pelo governo do Pará e pelo governo federal. Em sua nota, Barbalho afirma que o presidente do Sena-

do tenta, com o lançamento, reduzir a repercussão de outro livro, *Memória das Trevas*, no qual o intelectual baiano João Carlos Teixeira Gomes procura traçar um perfil político de Antonio Carlos.

Esta é a íntegra da nota:

“Não tendo como se defender das graves acusações e denúncias de corrupção, violências, truculências e outros crimes em que é imputado no livro *Memória das Trevas*, de autoria de respeitado jornalista, professor e intelectual baiano, esse espúrio senhor tenta — mais uma vez — desviar a atenção da opinião pública. Não perderemos tempo com o farsante.”

ca, o PT poderá ficar com a imagem do partido que não entrou na negociação, mas está agindo por omissão — declarou.

CONVOCAÇÃO

Roberto Requião disse ainda que a atual convocação é “uma absurda imposição regimental”. Ela acontece para permitir o reexame das medidas provisórias (MPs), instrumentos que o senador condena. Para Requião, o governo não legisla com o Congresso e sim com MPs, evolução dos decretos-leis usados durante a ditadura militar. “As MPs são mais perniciosas ainda do que os decretos-leis, por serem mais amplas”, afirmou. Requião disse que o que o preocupa não é a convocação e sim a raiz do problema: a existência das MPs.

Freire cobra fim da "marcha da insensatez"

Contrário a um eventual lançamento de candidato opositor à direção da Casa, senador do PPS defende manutenção da regra segundo a qual o presidente é indicado pelo partido majoritário

Roberto Freire entende que candidato da oposição não teria chances de sucesso



O senador Roberto Freire (PPS-PE) propôs ontem que se acabe com o que chamou de "a marcha da insensatez", ou seja, o lançamento de uma candidatura à presidência do Senado pela oposição, sem chance de sucesso. Segundo ele, essa candidatura seria apenas para fugir à responsabilidade de respeitar a regra de que o presidente é indicado pelo partido majoritário. "Não posso me omitir. Vou votar em Jefferson Péres para quê? É

preciso que o PMDB tenha a coragem de dizer que vai eleger Jader Barbalho e dar-lhe o apoio necessário", afirmou Freire.

A continuidade das divergências entre Jader Barbalho (PMDB-PA) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também é uma das preocupações de Roberto Freire. Para ele, a troca de acusações entre os dois senadores não vai parar. "Ao invés de ser ACM na presidência e Jader no Plenário,

vai ser Jader da presidência e ACM no Plenário. Se quiserem brigar, que briguem em plenário e não a partir da presidência", avaliou.

Freire também disse que não vota no senador José Sarney (PMDB-AP), a não ser que ele seja escolhido pelo PMDB. Segundo o parlamentar pernambucano, "Sarney cometeu um grave erro político ao deixar-se ser o candidato de ACM". Freire defendeu "a exclusão da candidatura Sarney".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – Especial Educação
6h30 – Cidadania – Inclusão social pela educação
7h30 – Entrevista – Senadora Emília Fernandes fala sobre a relação Brasil/Coréia do Norte
8h – Jornal do Senado
8h30 – De coração – Trombose venosa profunda
9h – As Cares do Mundo – Portugal
9h30 – Entrevista – Senador Leopoldo Fernández, presidente do Senado da Bolívia
10h – 3ª Jornada Brasileira de Direito Processual e Penal
11h – Cidadania – Inclusão social pela educação
12h – Especial – Educação
12h30 – Entrevista – Senadora Emília Fernandes fala sobre a relação Brasil/Coréia do Norte
12h55 – Senado em Pauta
13h – Especial – Educação
13h30 – Cidadania – Inclusão social pela educação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
15h30 – Debate – Saneamento básico e moradia

16h30 – Entrevista – Senadora Emília Fernandes fala sobre a relação Brasil/Coréia do Norte
17h – Cidadania – Inclusão social pela educação
18h – Quem Tem Medo da Música Clássica? Astor Piazzola
19h – Especial – Educação
19h30 – Cidadania – Inclusão social pela educação
20h30 – Entrevista – Senadora Emília Fernandes fala sobre a relação Brasil/Coréia do Norte
21h – Jornal do Senado
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

Música e informativo o dia todo
14h30 – Sessão do Senado Federal
19h – A Voz do Brasil
20h – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Ademir Andrade vê candidatura de opositorista como erro estratégico

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou, ontem, que é contrário ao eventual lançamento de uma candidatura de oposição à presidência do Senado. Segundo Ademir, esse seria um erro estratégico. "A oposição não precisa apenas 'marcar posição', mas sim concretizar seus espaços no Parlamento, conquistando participação na Mesa e na presidência de comissões", disse.

O senador do PSB defende que a oposição se resguarde até o último instante. "Devemos definir o voto, se possível, 10 minutos antes da votação", disse. Ademir considerou "constrangedora" a luta de poder que os partidos governistas – e os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) – travam pela presidência do Senado. "Essa situação, contudo, é positiva para a sociedade, que, assim, pode tomar consciência sobre como são, de fato, os líderes do governo."

Ademir Andrade lembrou que



Ademir: opositoristas não precisam "marcar posição", mas sim concretizar seus espaços no Parlamento

o PSB, que conta com três senadores, é um partido opositorista mas não faz parte do Bloco Oposição, e pode firmar outro entendimento, caso o nome do senador Jefferson Péres (PDT-AM) seja confirmado. "O Bloco conta apenas com o PT e o PDT. Já o PSB e o PPS são independentes", afirmou, defendendo maior ne-

gociação antes do lançamento de qualquer candidatura.

Ademir criticou a convocação do Congresso, que a seu ver é decorrente da falta de vontade política do governo em votar o projeto de emenda constitucional que regulamenta a edição de medidas provisórias. "Fernando Henrique Cardoso não quer a regulamentação das MPs", afirmou, lembrando que até mesmo a medida provisória que criou há seis anos o Plano Real será apreciada durante a convocação.

O senador afirmou ainda que tanto o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, como o presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, têm sido subservientes ao presidente da República. Para Ademir, Temer tem protelado a votação da emenda que limita o poder de Fernando Henrique de editar medidas provisórias. Por outro lado, Ademir considera que Antonio Carlos teria poder para promulgar a parte da emenda já aprovada pelas duas Casas.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica – Sistema Digital:

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 MHz
- Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
- Antena: 3,6 m
- PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
- Symbol Rate: 3,2143Ms/s
- FEC: 3/4

Antena Parabólica – Sistema Analógico:

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização: Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões das comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.

política e muito mais



Corregedoria da Câmara vai receber dados de Eurico Miranda

Presidente da CPI diz que serão enviadas inclusive as informações referentes à quebra do sigilo bancário e fiscal do parlamentar

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), afirmou que repassará para o corregedor da Câmara, deputado Severino Cavalcante (PPB-PE), todas as informações que forem solicitadas sobre o deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), inclusive as referentes à quebra de seu sigilo bancário e fiscal. O deputado pelo Rio de Janeiro responde processo na Corregedoria por ofensas contra os integrantes da CPI do Futebol do Senado.

— Os documentos referentes à quebra do sigilo bancário e fiscal do deputado Eurico Miranda são de caráter sigiloso, mas obviamente não serão negados ao



corregedor da Câmara, também de forma reservada — disse Álvaro Dias.

O presidente da CPI classificou como “inócua” a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a quebra do sigilo bancário e fiscal de Eurico Miranda, uma vez que todas as informações já foram recebidas e estão sendo analisadas pela assessoria da comissão.

Ele explicou que quando a análise das informações sobre a quebra de sigilo de Eurico Miranda for concluída, serão reiniciados os depoimentos sobre o caso. O deputado está sendo investigado



Álvaro Dias considerou “inócua” a liminar que suspendeu a quebra do sigilo do deputado Eurico Miranda

por ter participado de várias transações supostamente irregulares de jogadores de futebol — como Bebeto, Romário e Edmundo — com clubes do exterior.

Bezerra quer mudar Lei de Responsabilidade Fiscal

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu ontem uma flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que os novos prefeitos tenham fôlego para começar a administrar. “Acho que a lei, que é muito boa, deveria valer de forma integral apenas para os próximos prefeitos,



Para Carlos Bezerra, a lei prejudica os novos prefeitos

até porque os atuais sofrem com dívidas e falta de recursos históricos”, acrescentou Carlos Bezerra.

Desde o primeiro ano de mandato como senador, Carlos Bezerra vem defendendo uma reforma tributária que descentralize os re-

ursos do Orçamento Geral da União. Segundo ele, o regime militar concentrou os recursos orçamentários na União, como forma de esvaziar os poderes estaduais e municipais.

— Veio a redemocratização e a centralização continuou. Atualmente, 67% do dinheiro do Orçamento da União fica sob controle do governo federal. Essa proporção tinha de ser invertida, como acontece nos países democráticos. Mas não há vontade política do governo para isso, ninguém quer perder poder — afirmou o senador.

Carlos Bezerra acha que essa situação de penúria foi agravada com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal de uma forma muito rápida. “Há o risco de que alguns municípios fiquem ingovernáveis”, disse. Para ele, a proposta de reforma tributária que tramita na Câmara dos Deputados há anos “é uma fraude”.

— Fez-se um acerto para que ninguém perdesse nada. Ora, isso não é reforma tributária, não vai mudar nada. É preciso encarar o problema de frente e destinar mais recursos para as prefeituras, porque é ali que se cuida da qualidade de vida dos cidadãos, da infra-estrutura, dos problemas sociais — ressaltou.

CAS poderá autorizar os hospitais universitários a captarem recursos

O projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares deverá ser apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em turno suplementar. A proposta prevê que os hospitais universitários e de ensino poderão atender pacientes que se disponham a pagar pela assistência

prestada ou que se encontrem cobertos por planos de saúde. O pagamento será na mesma base do Sistema Único de Saúde (SUS), com diferenciação apenas no padrão de hotelaria.

O substitutivo de Geraldo Althoff (PFL-SC) ao projeto foi aprovado pela CAS, em primeiro turno, no ano passado. A matéria tramita na comissão em caráter terminativo.

Para o presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), o projeto “é de alto alcance social”. Ele ressaltou que os hospitais universitários passariam

a ter novos recursos, a serem aplicados na manutenção das unidades e na melhoria das condições de atendimento à população.



Lúcio Alcântara sugere pagamento por internação

José Alencar vê necessidade urgente de reforma tributária

O senador José Alencar (PMDB-MG) destacou ontem “a necessidade urgente de uma reforma tributária” no Brasil. No seu entender, ela deve acabar com os impostos em cascata, simplificar o sistema fiscal e proporcionar incentivos creditícios e tributários às regiões menos desenvolvidas do país. Para ele, essa reforma deve ser elaborada no Congresso, ouvindo as classes produtoras e trabalhadoras e os setores governamentais, “e nunca apresentada unilateralmente pelo governo”.

Alencar diz que a globalização é inevitável, mas o Brasil tem condições de usá-la para expandir seus mercados exportadores. Ele manifestou confiança nas potencialidades brasileiras, mas criticou “a maneira irresponsável com que o país abriu seus mercados à competição internacional”. Na sua opinião, “o Brasil não negociou bem a abertura comercial,

agora precisa rever alguns tópicos”, disse.

Ele considerou o Fórum de Davos e o Fórum Mundial Social, realizado em Porto Alegre, igualmente importantes por mostrarem que “a sociedade internacional está preocupada com o futuro”. É um falso dilema, acrescentou, contrapor as questões econômicas aos objetivos sociais, porque a economia não prospera se o bem-estar das pessoas. Cobrou também uma atitude mais ativa da população.

— Precisamos acordar, conscientizando os jovens a adotarem uma mentalidade mais competitiva — concluiu o senador.



Segundo Alencar, a reforma não pode ser unilateral

Santos defende tributo menor para ocupantes de terreno de marinha

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou projeto que diminui a carga tributária incidente sobre os terrenos de marinha. A proposta modifica a legislação referente a esses terrenos, localizados no litoral, na margem de rios e em ilhas. O senador manifestou preocupação com a indefinição legal que aflige milhares de pessoas ocupantes das áreas.

Conforme o projeto, será reduzido o valor do foro anual devido pelo titular do domínio útil do terreno, para aliviar a carga tributária do contribuinte. Segundo Ricardo Santos, os contribuintes vêm pagando anualmente taxas de aforamento — direito real sobre o terreno — cada vez mais desproporcionais à sua renda. O proprietário reconhecido pelo projeto de Santos é o que tiver título outorgado pelos estados ou municípios, com escritura pública lavrada e registrada em



Ricardo Santos: indefinição legal aflige milhares de pessoas

cartório de registro geral de imóveis.

O projeto busca também simplificar a análise dos processos de aforamento, que, dependendo da situação, pode ser gratuito. Ricardo Santos propõe ainda uma redução de 5% para 1% no laudêmio pago à União nas transações onerosas. A referência seria o imposto cobrado pelas prefeituras nas transações imobiliárias (ITBI).

— Julgo que o projeto seja tecnicamente consistente, socialmente justo e politicamente viável para o encaminhamento de soluções para os problemas que atormentam os ocupantes de terrenos de marinha — afirmou Ricardo Santos, mencionando a situação da região metropolitana da Grande Vitória (ES), selecionada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), que implantou na área um programa para regularizar ocupações.